

NOSSA OPINIÃO

Caminho certo

O Plano Real possivelmente não teria tido êxito tão rápido, debelando um processo superinflacionário crônico, se a dívida externa brasileira não estivesse naquele momento renegociada, reabrindo o acesso do país aos mercados internacionais de crédito.

A explosão de demanda ocorrida nos meses posteriores ao lançamento do real teve seus efeitos inflacionários neutralizados por um fluxo razoável de importações financiadas.

A normalidade no relacionamento com os mercados de crédito permitiu que o Brasil superasse a fase difícil da mudança do regime de câmbio e esteja hoje trocando a dívida antiga, mais cara, por uma outra mais longa e com encargos menores. Esse relacionamento

também tem contribuído para atrair volumes recordes de investimentos diretos para o país.

Assim, pouco a pouco o Brasil está conseguindo remover os entraves ao desenvolvimento sustentado: tudo indica que já entramos em uma trajetória de crescimento que vai garantir aumento de renda para a população brasileira.

Diante desse quadro, causa perplexidade a nova tentativa de se satanizar essa questão da dívida externa, como se fosse a causa de todos os males que afligem o país. O Brasil vem se beneficiando de uma queda progressiva das taxas de risco na renovação de sua dívida. Tal campanha não nos trará qualquer benefício. Ao contrário: pode até servir de pretexto para elevar a taxa de risco e obrigar o Brasil a pagar mais juros lá fora.

...nova

tentativa de

satanizar a

questão da

dívida externa

OUTRA OPINIÃO

Direito e dever

JOSÉ DIRCEU

Ao fazer críticas desqualificantes à discussão sobre o grave problema do endividamento externo do Brasil, o ministro Pedro Malan prestou um grande serviço à divulgação da consulta popular a ser realizada na Semana da Pátria.

Em abril de 1999 foi realizado, no Rio de Janeiro, um Tribunal da Dívida Externa, promovido pela CNBB, Conic, CUT, MST, CMP e outras entidades, que decidiu pela realização do plebiscito entre os dias 2 e 7 de setembro deste ano. O objetivo das entidades era e é o de retomar o debate sobre nosso endividamento e pressionar o Governo e o Congresso para dar transparência aos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

A pedido destas entidades apresentei, como deputado federal, um projeto de decreto legislativo propondo a realização de um plebiscito sobre os acordos com o FMI e nossa dívida externa, que agora transformei numa proposta de referendo, que é o instrumento adequado para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo já praticado.

Estes são os fatos, e fica evidente nosso direito e nosso dever ético de propor e realizar o plebiscito. Trata-se de um instrumento legítimo de pressão, discussão e propaganda sobre um

tema de absoluta relevância para o país, que recebeu o irrestrito apoio do PT.

Afirmar que o problema da dívida externa não existe, que é "baboseira" e "besteiro", como diz o ministro Malan, é tentar desqualificar o debate público e desconhecer o gravíssimo problema do passivo externo líquido brasileiro — um dos maiores do mundo — de nossa dívida externa e nossa dependência dos capitais externos. Estão aí os exemplos da Argentina, que, na prática, que-

brou esta semana, socorrida com 11 bilhões de dólares pelo FMI, e do Brasil em 1999, socorrido com 41 bilhões de dólares, sem falar no Equador, que teve sua economia dolarizada.

Hoje, nosso país exhibe os juros mais altos do mundo, queima seu patrimônio público nas privatizações e desnacionaliza sua

economia e seu mercado interno para pagar exatamente o serviço das dívidas externa e interna contraídas na fase do populismo cambial que reelegeu FH.

Falta transparência ao Governo também na questão da dívida externa, e chegou a hora de a sociedade saber o que realmente aconteceu com o endividamento do país.

Ou será que o ministro teme uma auditoria e um referendo sobre nossa dívida?

JOSÉ DIRCEU é presidente do PT.

...instrumento
legítimo de
pressão num
assunto
relevante